



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

na
p

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0273893-2

COMARCA: Recife

APELANTE: Superatacado e Supermercado Esperança Ltda.

APELADO: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EM EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TESES RECURSAIS ALUSIVAS À PRESCRIÇÃO E À NULIDADE DA CDA. IMPROCEDÊNCIA. PRECEDENTES DESTES TIPO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Em primeiro lugar, revela-se insubsistente a alegação relativa à consumação da prescrição intercorrente, notadamente porque se está diante de embargos do devedor, cuja propositura ensejou a suspensão do curso da correspondente execução, na forma da legislação vigente à época. Ademais disso, vale a pena registrar que, durante o período de paralisação processual a que se refere a apelante (de 09/04/1997 a 08/08/2002), não se constata nenhuma desídia imputável à parte exequente, de sorte que a demora no processamento dos embargos deveu-se exclusivamente aos mecanismos do Judiciário. 2. No tocante aos vícios que maculariam a CDA, cumpre ter presente a orientação jurisprudencial no sentido de que a nulidade do título executivo não deve ser declarada à vista de eventuais falhas que não prejudiquem o direito de defesa do contribuinte executado, tudo em reverência ao postulado da instrumentalidade das formas (cf., p. ex., REsp 840.353/RS). 3. Quanto à ausência de qualificação das autoridades subscritoras da CDA (a embargante/apelante admite constar do título o nome e a assinatura de duas pessoas distintas, muito embora não estejam ali qualificadas mediante a descrição dos cargos ocupados e respectivas matrículas), trata-se de mera irregularidade, seja porque os seus nomes estão ali explicitados, seja porque a subscrição da petição inicial por Procurador do Estado corporifica ato idôneo a convalidar o teor da CDA, ratificando-a, conforme a interpretação sistemática que se extrai das normas contidas nos arts. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 6.830/80 (LEF) e 48, I, da Lei Complementar Estadual nº 02/90 (que dispõe sobre a PGE/PE). 4. Também não se vislumbra ofensa ao princípio da legalidade pelo fato de a CDA referir-se ao Decreto Estadual nº 12.255/87 para respaldar o lançamento, a incidência de juros e a imposição de multa, visto que o aludido decreto não corporificava ato normativo autônomo, mas apenas consolidava, em atendimento ao disposto no art. 212 do CTN, a legislação tributária então vigente em relação ao ICMS. 5. Do mesmo modo, não merece guarida a tese alusiva à iliquidez da CDA pela utilização da TR/TRD para fins de atualização monetária, seja porque "A substituição do índice de correção monetária constante da certidão de dívida ativa não afeta a sua liquidez de certeza porquanto possível, através de simples cálculos aritméticos, apurar-se o valor do débito tributário, dando ensejo ao prosseguimento da execução fiscal" (REsp 760.140/SP), seja porque, *in casu*, a Fazenda Estadual afirma já ter ajustado a correção do débito por ocasião da implementação da UFIR (em 31/12/1995), argumento acolhido pelo Juízo sentenciante e não contraditado pela parte apelante. 6. Apelo improvido, à unanimidade dos votos.

Handwritten signature/initials.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

192
JP

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0273893-2, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 1ª de *junho* de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0273893-2

COMARCA: Recife

APELANTE: Superatacado e Supermercado Esperança Ltda.

APELADO: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara dos Executivos Fiscais Estaduais da Comarca da Capital, que, nos autos dos **Embargos à Execução Fiscal** NPU 0092310-19.1996.8.17.0001, julgou **improcedente** a pretensão ali deduzida pela parte ora apelante, afastando as alegações concernentes à nulidade da CDA, à decadência do crédito tributário e ao excesso de execução verificado pela utilização da TR/TRD como fator de atualização monetária (fls. 119/121).

Inconformada, a recorrente sustenta, em suma, que: (i) a pretensão fazendária estaria prejudicada pela prescrição intercorrente; (ii) a respectiva CDA conteria nulidades insanáveis, especialmente (a) por não estar assinada por autoridade competente e (b) por não fazer referência à legislação, em sentido estrito, que embasou o lançamento, bem assim a incidência de juros e a imposição de multa, isto a ofender o princípio da legalidade em matéria tributária; (iii) para fins de correção monetária, teriam sido utilizados índices (TR/TRD) declarados inconstitucionais pelo STF, circunstância que macularia a liquidez da CDA.

Nessa direção, pede o provimento do apelo, a fim de que seja julgada improcedente a cobrança e insubsistente o título executivo (fls. 149/164).

Contra-razões às fls. 169/175, pela manutenção do *decisum* vergastado.

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 30 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

na 3
Jo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0273893-2

APELANTE: Superatacado e Supermercado Esperança Ltda.

APELADO: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Na espécie, penso, com a devida vênia, que o apelo não merece prosperar. Explico.

Em primeiro lugar, revela-se insubsistente a alegação relativa à consumação da prescrição intercorrente, notadamente porque se está diante de embargos do devedor, cuja propositura ensejou a suspensão do curso da correspondente execução, na forma do regramento anterior à vigência da Lei Federal nº 11.382/06. Ademais disso, vale a pena registrar que, durante o período de paralisação processual a que se refere a apelante (de 09/04/1997 a 08/08/2002), não se constata nenhuma desídia imputável à parte exequente (v. fls. 72/81), de sorte que a demora no processamento dos embargos deveu-se exclusivamente aos mecanismos do Judiciário.

No tocante aos vícios que maculariam a CDA, cumpre ter presente a orientação jurisprudencial no sentido de que a nulidade do título executivo não deve ser declarada à vista de eventuais falhas que não prejudiquem o direito de defesa do contribuinte executado, tudo em reverência ao postulado da instrumentalidade das formas (cf., p. ex., REsp 840.353/RS, DJe de 07/11/2008). Sob essa perspectiva, não vislumbro, neste caso concreto, razões conducentes à anulação da CDA.

Quanto à ausência de qualificação das autoridades subscritoras da CDA (a embargante/apelante admite constar do título o nome e a assinatura de duas pessoas distintas, muito embora não estejam ali qualificadas mediante a descrição dos cargos ocupados e respectivas matrículas), observo tratar-se de mera irregularidade, seja porque os seus nomes estão ali explicitados, seja porque a subscrição da petição inicial por Procurador do Estado corporifica ato idôneo a convalidar o teor da CDA, ratificando-a, conforme a interpretação sistemática que se extrai das normas contidas nos arts. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 6.830/80 (LEF)¹ e 48, I, da Lei Complementar Estadual nº 02/90 (dispõe sobre a PGE/PE)².

Também não identifico ofensa ao princípio da legalidade pelo fato de a CDA referir-se ao Decreto Estadual nº 12.255/87 para respaldar o lançamento, a incidência de juros e a imposição de multa. É que o aludido decreto não corporificava ato

¹ “Art. 6º - A petição inicial indicará apenas:

(...) § 1º - A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita.

§ 2º - A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa poderão constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.”

² “Art. 48. À Procuradoria da Fazenda Estadual compete:

I - promover a inscrição e a cobrança da dívida ativa do Estado de Pernambuco;”



124
Jo

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

normativo autônomo, mas apenas consolidava, em atendimento ao disposto no art. 212 do CTN³, a legislação tributária então vigente em relação ao ICMS. Este Tribunal já se posicionou sobre o tema, nos moldes da seguinte ementa:

“TRIBUTÁRIO - ICMS - APELAÇÃO EM EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECRETO N.º 12.255/87 - PRESENTE OS REQUISITOS FORMAIS DA CDA - APELO A QUE SE NEGA PROVIMENTO POR UNÂNIMIDADE.

1. O Decreto n.º 12255/87, em atendimento ao art. 212 do CTN, consolida a legislação fiscal do Estado de Pernambuco vigente à época, o que satisfaz com absoluta precisão a exigência do art. 1º, § 5º da Lei de Execuções Fiscais.

2. Apelo improvido. Decisão unânime.”

(Apelação Cível nº 0020807-69.1995.8.17.0001, 7ª Câmara Cível, Rel. Des. Fernando Cerqueira, julgamento em 23/08/2011).

Do mesmo modo, não merece guarida a tese alusiva à iliquidez da CDA pela utilização da TR/TRD para fins de atualização monetária. Com efeito, tem sido iterativo o entendimento do STJ na linha de que *“A substituição do índice de correção monetária constante da certidão de dívida ativa não afeta a sua liquidez de certeza porquanto possível, através de simples cálculos aritméticos, apurar-se o valor do débito tributário, dando ensejo ao prosseguimento da execução fiscal”* (REsp 760.140/SP, DJ de 20/06/2007). Por outro lado, vê-se que, *in casu*, a Fazenda Estadual afirma já ter ajustado a correção do débito por ocasião da implementação da UFIR (em 31/12/1995), argumento acolhido pelo Juízo sentenciante e não contraditado pela apelante.

Por fim, impende salientar que esta Corte já teve oportunidade de enfrentar recursos análogos a este, nos quais, inclusive, se contrapunham as mesmas partes ora adversas, tendo se posicionado nos termos adiante ementados:

“EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PARALISAÇÃO DECORRENTE DE FALHA NO MECANISMO JUDICIÁRIO. INCIDÊNCIA POR ANALOGIA DA SÚMULA 106 DO STJ. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. REQUISITOS PARA CONSTITUIÇÃO VÁLIDA. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. REDUÇÃO DA MULTA FIXADA. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE. 1. Depreende-se dos autos processuais que a demora verificada no caso em questão não pode ser imputada ao Estado de Pernambuco, mas sim ao aparato judiciário. O exequente apresentou impugnação aos embargos à execução tempestivamente. Após, a agravante foi intimada para se manifestar, deixando transcorrer o prazo. Assim sendo, o processo estava concluso para prolação de sentença, ato judicial que independia de qualquer diligência por parte do Estado de Pernambuco. 2. Portanto, é o caso de aplicar analogicamente o entendimento do enunciado sumular nº 106 do STJ, não podendo ser declarada a prescrição intercorrente se a demora no andamento do feito ocorreu por motivos inerentes ao mecanismo do judiciário. 3. No mais, também não assiste razão ao recorrente no ponto em que aponta a nulidade da CDA, posto que a referida certidão (fls. 39 da AC) trouxe indicação de dispositivos

³ “Art. 212. Os Poderes Executivos federal, estaduais e municipais expedirão, por decreto, dentro de 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta Lei, a consolidação, em texto único, da legislação vigente, relativa a cada um dos tributos, repetindo-se esta providência até o dia 31 de janeiro de cada ano.”





195/60

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

específicos do Decreto nº 12.255/87, norma regulamentadora do ICMS, tanto no que tange à caracterização da infração quanto no que diz respeito à multa, índices de correção monetária e percentual de juros moratórios aplicados, não havendo que se falar em desrespeito às disposições da Lei nº 6.830/80 ou violação ao direito de defesa do executado. 4. Por fim, no que concerne à arguição impugnativa da multa fixada, de que a mesma teria caráter confiscatório, impende destacar que tal matéria não fora suscitada na peça exordial e, conseqüentemente, não restou apreciada na sentença, assim, tendo em vista que não se trata de questão de ordem pública, não poderá ser conhecida neste momento processual, ante o óbice estabelecido no art. 515, caput e § 1º, do CPC. 5. Recurso de agravo a que se nega provimento de forma indiscrepante.”

(Recurso de Agravo nº 0241392-3/01, 2ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, julgamento em 02/08/2012).

“EMENTA: RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CARÁTER CONFISCATÓRIO DA MULTA. INOVAÇÃO RECURSAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INEXISTENTE. PARALISAÇÃO QUE NÃO PODE SER IMPUTADA AO ESTADO DE PERNAMBUCO. NULIDADE DA CDA NÃO CONFIGURADA. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNANIMIDADE.

1. A alegação de natureza confiscatória da multa imposta se trata de verdadeira inovação recursal. Tópico que restou abrigado pelo manto da preclusão, sendo vedado o seu conhecimento apenas em grau de recurso, seja por não se tratar de matéria de ordem pública, seja pela vedação à supressão de instância.

2. A paralisação no andamento dos autos não pode ser imputada ao Estado de Pernambuco, mas sim ao aparato judiciário. O exequente/apelado apresentou impugnação aos embargos à execução tempestivamente. Após, a agravante/apelante foi intimada para se manifestar, deixando transcorrer o prazo. Assim sendo, o processo estava concluso para prolação de sentença, ato judicial que independia de qualquer diligência por parte do Estado de Pernambuco. Aplicação analógica do entendimento fixado no enunciado sumular nº 106 do STJ.

3. A CDA especificou o fundamento legal do débito, a natureza do crédito tributário, sua origem, a quantia do principal e dos encargos, logo, não é possível acatar o argumento de nulidade. O STJ já se pronunciou pela desnecessidade de detalhamento das receitas na CDA. Descabida a nulidade da CDA quando esta não veicula explicação sobre o modo pelo qual foi constituída.

4. Diante dos documentos acostados à impugnação ofertada pelo Estado de Pernambuco (fls. 83/84 - autos apensos), restou provada a competência dos servidores que autenticaram a CDA.

5. Os argumentos do agravante não infirmam os fundamentos da decisão terminativa proferida monocraticamente, razão pela qual deve ser mantida.


6. Agravo legal conhecido e improvido. Unanimidade.”

(Recurso de Agravo nº 0241389-6/01, antiga 7ª Câmara Cível – atual 1ª Câmara de Direito Público –, Rel. Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo, julgamento em 31/05/2011).

Por todo o exposto, **nego provimento ao apelo.**

É como voto.

Recife, 18 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator